

B o l e t i m

CRP-05

Boletim do Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região
Estado do Rio de Janeiro • Ano 1 • nº 2 • Junho/2004



COREP discute Psicologia no estado do Rio

Ao longo dos últimos meses, os psicólogos do Rio de Janeiro se reuniram para debater os rumos que a profissão deve tomar no estado. Esse processo, iniciado em março, culminou no Congresso Regional de Psicologia (COREP), realizado nos dias 14, 15 e 16 de maio, na cidade do Rio de Janeiro. No evento, foram apresentadas, discutidas e votadas as teses propostas e aprovadas nos pré-congressos realizados em todo o país.

O evento regional é a etapa que antecede o V Congresso Nacional de Psicologia (V CNP), onde serão definidas as diretrizes da categoria para o próximo triênio. O estado do Rio será representado no encontro nacional, que acontece em Brasília, entre 17 e 20 de junho, pelos quatro delegados eleitos no COREP.

Os últimos dias dos eventos também coincidem com o fim do prazo de inscrição das chapas que disputarão as eleições de 27 de agosto, quando a categoria escolherá as diretorias dos Conselhos Regionais e Federal.

págs. 6,7,8 e 9

Atenção psicólogo:

Eleições 27 de agosto.

**Atualize seus dados e mantenha-se
em dia com o CRP-05**

**CRP-05 avalia suas
atividades**

pág. 3

**Projeto propõe carga-
horária de 24 horas para
psicólogos**

pág. 3

CFP lança Entre na Rede

pág. 3

**Seminário de avaliação
psicológica**

pág.4

**Comitê nacional combate
o abuso e exploração
sexual infanto-juvenil**

pág.4

**Instituto de Psicologia da
UFRJ homenageia Antonio
Gomes Pena**

pág. 4

**Evento sobre luta
antimanicomial**

pág.5

**Conferências debatem
direitos humanos**

pág.5

**Encontros discutem
políticas para as mulheres**

pág.5

**Redução da idade penal
em debate**

pág.10

**CRP-05 no Conselho da
Comunidade**

pág.11

Banco social de serviços

pág. 12

**Psicólogos atuam nos
Conselhos Tutelares**

pág. 12

Balanço e nova fase

Em 7 de maio, alguns dos colegas que vinham compondo a Comissão Gestora – Alessandra Daflon dos Santos, Fabiana Valadares, José Henrique Lobato Vianna, José Novaes e Maria José Antunes Coimbra – apresentaram sua renúncia, descompatibilizando-se dos seus cargos, entendendo que suas trajetórias de contribuições para a psicologia brasileira passarão a uma nova fase. Sua saída enseja um balanço do percurso realizado até o momento.

No último editorial, mencionamos o trabalho da Comissão Gestora como um primeiro passo para o resgate ético, administrativo e financeiro de nossa entidade. Contudo, é preciso retroceder um pouco no tempo, para encontrar os atores que estiveram na origem desse processo. Foram muitos os anos de desordem e conturbação na história do CRP-05, acirrados desde a eleição e posse da IX Plenária, em 1998, provocando o esgarçamento de suas relações com o Sistema Conselhos de Psicologia, mais especificamente, com o CFP, contra o qual disputas duvidosas e intermináveis passaram a ser travadas no campo jurídico. Nesse cenário, teve papel decisivo a oposição de conselheiros da X Plenária (eleita em agosto de 2001) contra os rumos que a sua diretoria, encabeçada por Carlos Absalão, imprimia à gestão da entidade. Esse grupo, integrado por Carlos Valvano, Cristina Cochrane, Dora Neide Cerqueira, Eliane Carnot, Gustavo Arja Castañon, Márcia Alves Tassinari, Márcio Dantas, Paulo Ribeiro e Rachel Batista, ao assumir a diretoria, no segundo semestre de 2002, buscou apurar e sanar as irregularidades administrativas apontadas, enfrentando resistências e represálias de toda a ordem, forçadas por pessoas vinculadas à diretoria anterior, ao ponto de obstaculizar a sua gestão. Diante desse quadro, alguns decidiram se licenciar de seus cargos, enquanto Márcia Tassinari e Cristina Cochrane permaneceram até a Assembléia da categoria, em março de 2003, que deliberou pela destituição do X Plenário, criando-se a vacância, requerendo que o Conselho Federal se responsabilizasse pelo CRP-05. Em seguida, o CFP nomeou uma Comissão Gestora, inicialmente com seis integrantes.

Assim, a gestão daquele grupo foi fundamental para que o Sistema Conselhos pudesse levantar a real situação administrativa da entidade. O saneamento do CRP-05 foi assumido como tarefa precípua da Comissão Gestora. Dadas a falta de rotinas administrativas, a precariedade de registros, as falhas processuais e de controle acumuladas ao longo de anos, tal missão exigiu uma dedicação quase absoluta por parte dos seus membros e segue presente como um desafio a ser cotidianamente enfrentado.

Apesar das enormes dificuldades, a Comissão Gestora, nos seis primeiros meses de atuação, conseguiu reorganizar os procedimentos de tesouraria e secretaria, saldar dívidas, agilizar o andamento dos processos éticos, organizar o Fórum Regional de Ética e atender demandas específicas dos psicólogos e da sociedade. Em outubro de 2003, três novos membros foram integrados à Comissão, que, além das tarefas rotineiras e da reorganização do quadro funcional, com a realização de concurso público e efetivação dos aprovados, ocupou-se da organização dos encontros preparatórios e pré-congressos com vistas ao COREP e V CNP e da instalação da comissão eleitoral responsável pelo acompanhamento das eleições na entidade.

Neste momento, nossa ação junto ao CRP-05 entra em nova fase. A redução no número de membros da Comissão Gestora coincide com o estabelecimento de uma regularidade administrativa, apesar de algumas dificuldades ainda não sanadas, o que nos dá tranquilidade para levar adiante o trabalho rotineiro da entidade e, principalmente, garantir a realização das eleições em 27 de agosto. Nosso maior ensejo é que uma plenária legitimamente eleita e digna possa tomar posse no Conselho e empreender de forma plena o trabalho de gestão que dela se espera.

Queremos expressar os nossos mais sinceros agradecimentos a todos os que têm colaborado para que esse processo alcance o seu melhor resultado – incluindo os nomes aqui citados e muitos outros colaboradores que, em diferentes momentos, têm dividido conosco as responsabilidades que esta tarefa exige. Aos colegas que não vêm acompanhando de perto os desafios que temos enfrentado, pedimos que compreendam os limites ainda maiores que estarão colocados nos próximos meses para uma gestão com apenas quatro diretores. Muitas são as demandas que nos chegam, mas nossa prioridade será a de entregar uma entidade viável administrativa e financeiramente, passível de dar suporte a uma plenária eleita que efetivamente incorpore o compromisso social da psicologia com a categoria e a população do estado do Rio de Janeiro.

Comissão Gestora



Conselho Regional de Psicologia do Estado do Rio de Janeiro - 5ª Região

Rua Delgado de Carvalho, 53, Tijuca
CEP: 20260-280 • Tel/Fax: (21) 2234-1022
crprj@crprj.org.br

Comissão Gestora

Presidente:
Diva Lúcia Gautério Conde
CRP 05/1448

Vice-presidente:
Eliana Vianna
CRP 05/390

Secretária
Margarete de Paiva S. Ferreira
CRP 05/5604

Tesoureira:
Analice de Lima Palombini
CRP 07/2421

Subsedes

Niterói: Av. Amaral Peixoto, 467/509, Centro
CEP: 24020-000 • Tel/Fax: (21) 2717-3211

Petrópolis: Rua Paulo Barbosa, 174, Centro
CEP: 25620-000 • Tel/Fax: (24) 2243-0834

Nova Iguaçu: Rua Sebastião
Herculano de Matos, 41, Centro
CEP: 26255-220 • Tel/Fax: (21) 2768-0007

Jornalista Responsável

Renata Grieco • Mtb. 25377 RJ

Produção editorial

Cajá - Agência de Comunicação
(21) 2531-4558 • www.caja.com.br

Fotolito
ACE Digital

Impressão
York Indústrias Gráficas

Tiragem
18.000 exemplares

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do CRP-05.

O Boletim CRP-05 é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro / 5ª Região

CRP-05 faz avaliação de suas atividades

Desde sua posse, a Comissão Gestora vem trabalhando para normalizar o funcionamento do CRP-05. Apesar dos inúmeros desafios, em função dos problemas acumulados pela gestão anterior, nos últimos seis meses foram implementadas medidas, as quais estão regularizando a situação da autarquia. Destacaremos abaixo o trabalho de três setores essenciais para o bom atendimento dos psicólogos e da sociedade pela entidade.

Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)

A COF lida com as questões relativas às pessoas jurídicas. Como a cada três anos as empresas devem renovar a sua inscrição no Conselho e, para isto, é necessária uma nova fiscalização, o trabalho desta Comissão é fundamental e contínuo.

Entre janeiro e abril, foram feitas quatro novas inscrições de pessoa jurídica, 17 convocações para advertência, oito para orientação e 35 para cancelamento. Além disso, ocorreram 59 fiscalizações para renovação e 14 de retorno, o que acontece quando não são cumpridas todas as exigências. Nesses casos, a empresa deve se regularizar e pedir uma nova visita. Se a pessoa jurídica mudar

de endereço, também é feita uma fiscalização. No período citado, a COF realizou seis ações nesse sentido. Foram emitidos ainda 42 certificados regularizando as pessoas jurídicas que já passaram por fiscalização.

Atendimento

A melhoria no atendimento foi uma providência da Comissão Gestora. Agora, os psicólogos não precisam mais expor seus problemas na recepção. São agendadas visitas e o encontro acontece em uma sala reservada, evitando constrangimentos. No período de fevereiro a abril deste ano, 1210 profissionais procuraram o Conselho, sendo 840 para esclarecer dúvidas, solicitar mudanças no cadastro ou obter informações e 370 para parcelar o pagamento de sua anuidade.

Comissão de Ética (COE)

A COE é muito importante para a categoria, já que, dentre outras atividades, esclarece aos psicólogos sobre como não ferir o código de ética. A comissão do CRP-05, entre janeiro e abril, fez 48 atendimentos telefônicos e 22 pessoais, orientando os psicólogos sobre os processos em andamento, denúncias e conduta profissional.

A Comissão também atende aos juizes que solicitam perícia ou informações sobre um determinado processo. Neste período, foram feitas 12 orientações para ofícios jurídicos. A COE ainda analisou 54 processos, ou seja, a assistente técnica verificou os dados dos documentos, a fim de, posteriormente, encaminhá-los para julgamento.

Além disso, foram consultados 63 processos éticos, procedimento realizado em caso de transferência de regional ou quando alguém pede informações sobre a existência de processos contra algum profissional.

A Comissão enviou ainda 25 cartas convocando para o andamento de processos ou informando sobre arquivamentos. Também organizou-se quatro processos para desaforamento, ou seja, já analisados pelas quatro comissões de instrução e que, portanto, devem ser encaminhados ao CFP, já que o CRP não está em condições de julgá-los por não ter uma plenária eleita, e 21 representações. Estas se constituem na primeira fase de um processo, sendo resultado de uma denúncia analisada pela COE, que deve confirmar se realmente houve alguma infração ética. Em casos afirmativos, são, então, abertos os processos.

Psicólogos lutam por carga-horária de 24 horas

Em resposta a uma demanda da categoria, o CRP-05 procurou o vereador e vice-presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Aloísio de Freitas (PFL), a fim de criar um projeto de lei para estabelecer a carga-horária semanal de 24 horas para os psicólogos da rede municipal de saúde. A reivindicação foi recebida e aceita pelo vereador, que, em março, elaborou o Projeto de Lei nº 1934/2004 e o encaminhou para avaliação das Comissões de Justiça e Redação; Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público; Educação e Cultura; Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social; Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira.

Se for aprovado, o PL permitirá aos psicólogos uma carga-horária compatível com a dos demais profissionais de saúde. Cabe ressaltar que os funcionários estaduais já trabalham no sistema de 24 horas semanais. No momento, o projeto aguarda parecer da Comissão de Justiça e Redação. O CRP-05 vem acompanhando cuidadosamente o processo de apreciação do PL, a fim de lutar pelos interesses da categoria. Você também pode contribuir manifestando seu apoio ao projeto entrando em contato com o vereador Aloísio Freitas, através do e-mail afreitas@camara.rj.gov.br. Participe!

Entre na Rede: banco virtual divulga trabalhos sobre compromisso social



O CFP e o Conselho Regional de São Paulo desenvolveram um banco de dados virtual, com o objetivo de divulgar pesquisas e projetos voltados para o compromisso social. O "Entre na Rede" está disponível no site do CFP (www.pol.org.br) desde 15 de março. Psicólogos, estudantes e pesquisadores podem não só ter acesso aos dados armazenados no sistema, como também estão aptos a inserir resumos de seus trabalhos. Para isso, o documento deve ser redigido com clareza, ter até três mil caracteres e incluir: título, objetivo claramente descrito, resumo da metodologia utilizada, população atingida, resumo dos resultados observados, indicação da base teórica e breves observações sobre as implicações sociais do trabalho.

Além disso, deve constar o endereço eletrônico do autor principal, a fim de possibilitar que os interessados possam entrar em contato para eventuais trocas de experiência ou solicitação de informações. Todo o material recebido é submetido à avaliação de uma comissão. Os aprovados são encaminhados ao setor de redação do banco, responsável pela forma final do texto.

Seminário debate avaliação psicológica

Aconteceu em São Paulo, no Grand Hotel Ca'd'Oro, em 29 e 30 de março, o I Encontro de Avaliação Psicológica na Formação dos Psicólogos. O evento foi promovido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), em conjunto com o Regional de São Paulo (CRP-SP), a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), a Sociedade Brasileira de Rorschach (SBRo) e a PUC SP.

O objetivo do encontro era discutir os efeitos das últimas decisões do Sistema Conselhos sobre avaliação psicológica na formação dos futuros profissionais. O ensino de disciplinas, como Testes Psicológicos, Psicometria e Ética, por exemplo, foi

influenciado pela resolução do CFP referente à área, o que vem causando algumas dúvidas entre os docentes. Cerca de 150 pessoas participaram das discussões, sendo a maioria formada por professores universitários. O CRP-05 foi representado por sua presidente, Diva Lúcia Conde, e pelo psicólogo, professor e então membro da Comissão Gestora, José Novaes.

A programação incluiu diversos grupos de trabalho, cujo objetivo era caracterizar os problemas e dificuldades do ensino na área e construir propostas para seu avanço, e mesas redondas, compostas por um coordenador e três debatedores. As posições apresentadas confirmaram a orientação do

Conselho Federal, constante no documento CFP/SATEPSI (Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos), em fevereiro de 2004, que permite aos professores estimular a discussão e a pesquisa sobre os instrumentos considerados desfavoráveis, visando incrementar os estudos sobre os mesmos e sua eventual reavaliação.

O evento representou a oportunidade de um estudo mais aprofundado sobre as transformações nos instrumentos de avaliação psicológica e suas consequências. Os debates produziram uma interessante troca de experiências, que pode servir de subsídios para a implantação de mudanças pelas agências formadoras, visando melhorar a qualidade do ensino.

UFRJ homenageia Antonio Gomes Pena

O Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) rebatizou o Centro de Estudos Nilton Campos, que fica no pavilhão de mesmo nome. O espaço passou a se chamar Centro de Estudos Antônio Gomes Pena, em homenagem ao professor, que, mesmo aposentado, continua contribuindo para a universidade. A cerimônia ocorreu nos dias 6 e 7 de maio. Na ocasião, também aconteceram diversas palestras sobre a vida e a extensa carreira do homenageado, que se iniciou na década de 40.

Segundo Marcos Jardim, diretor do instituto, "Antônio Pena foi um dos principais construtores da psicologia no Rio de Janeiro". Dono de uma ampla obra, o professor é autor de boa parte do livros que compõem o acervo da biblioteca do instituto, de onde também já foi diretor. Ele também foi um dos responsáveis pela criação do curso de psicologia na Universidade Gama Filho.

Luta contra o abuso e exploração sexual de criança e adolescente

No dia 18 de maio, comemora-se o Dia Nacional da Luta Contra o Abuso e Exploração Sexual de Criança e Adolescente, instituído pela lei federal n.º 9970/00. Nesta data, a sociedade é convocada a refletir e desenvolver soluções para questões sociais importantes, como abuso sexual intrafamiliar, prostituição infantil, turismo sexual, pedofilia e tráfico interno e internacional para fins sexuais. Este triste fenômeno não se restringe a uma determinada classe social ou área específica, sendo um problema de amplitude mundial.

No Brasil, foi elaborado por diversas organizações governamentais e da sociedade civil, em junho de 2000, e aprovado, no mesmo ano, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto Juvenil. O documento aponta para uma política pública que compartilhe responsabilidades entre o governo e a sociedade, a fim de estabelecer ações, metas e prazos para

combater o problema. A iniciativa cumpre um compromisso assumido no I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual, em Estocolmo, e tomou-se referência para o desenvolvimento de ações do tipo em outros países.

Entretanto, ainda há muito o que fazer para que seja efetivamente implementada. Nesse sentido, o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes lançou uma campanha cujo tema é "O Protagonismo Infanto-Juvenil na Luta Contra Impunidade". Programou-se uma série de atividades, que aconteceram entre 17 e 22 de maio, com o objetivo de comprometer a sociedade e os governantes com o fim da impunidade de crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes e buscar a implantação das políticas propostas no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto Juvenil.

Mantenha-se informado sobre a questão pelo e-mail: comitenacional@terra.com.br.

Conferências discutem Direitos Humanos

A preocupação com os direitos humanos é cada vez maior nos diversos setores da sociedade. Por isso, com o intuito de desenvolver iniciativas que tenham impacto nas políticas públicas, a Secretaria Especial de Direitos Humanos realizará, de 29 de junho a 2 de julho, na Câmara dos Deputados, em Brasília, a IX Conferência Nacional de Direitos Humanos (CNDH). Este ano, o tema será “Construindo o Sistema Nacional de Direitos Humanos (SNDH)”.

O objetivo do encontro é discutir propostas para o sistema, abordando desde os desafios de sua implementação até a construção de um espaço de denúncia de violação dos direitos humanos. Será debatida ainda a criação de um Disque Direitos Humanos Nacional (Disque 100), que receberá as queixas e as encaminhará a uma Ouvidoria. A forma de inserção da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) nesse processo também faz parte da pauta de discussões.

A proposta do SNDH foi apresentada pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos e aprovada pela VI Conferência Nacional, em 2001. Na oitava edição do evento, ano passado, a questão foi aprofundada e houve a aprovação de uma estratégia de elaboração que ocupou a sociedade civil e os órgãos públicos até a conferência deste ano. Definiu-se, então, que o sistema atuará estruturalmente nas práticas e nas concepções de direitos humanos.

Outro aspecto importante é a existência do controle externo, através de iniciativas como o orçamento próprio e planos de ação específicos. Está prevista ainda a criação das figuras dos relatores especiais, mesmo formato adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que atuarão como ouvidores e monitores da aplicação política e poderão produzir relatórios de situação.

Antes da etapa nacional, foram organizadas conferências estaduais, a fim de aprofundar as questões relativas ao tema e levantar as especificidades de cada região. No Rio de Janeiro, o evento aconteceu nos dias 21 e 22 de maio, na UERJ. É importante acompanhar as discussões e seus desdobramentos, para que o sistema seja uma conquista para o país.

Eventos definem políticas para as mulheres

Debater a realidade da população feminina brasileira e propor diretrizes para a elaboração e implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Estes são os principais objetivos da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPM), que acontecerá em Brasília, entre os dias 15 e 17 de julho. O evento é uma realização da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

A etapa nacional foi precedida por edições estaduais e municipais, onde os representantes das diversas instâncias do governo discutiram suas propostas com vários segmentos da sociedade civil, em especial os movimentos feministas.

No Rio de Janeiro, a I Conferência Municipal das Mulheres aconteceu nos dias 1 e 2 de maio, no Riocentro. O encontro foi executado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), através do seu Núcleo de Estudos da Mulher e de Políticas Públicas, com o apoio da Prefeitura. Cerca de um mês antes, foi realizado um Fórum Preparatório, onde apresentou-se o cronograma das conferências e definiu-se se as estratégias de divulgação e metodologia dos encontros.

Com o tema “Políticas para as mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero”, o evento contou com a participação de diversas organizações, como a Marcha Mundial, a Rede Feminista de Saúde, o Movimento de Mulheres Negras e a Liga Brasileira de Lésbicas.

Na edição municipal, os presentes elaboraram propostas de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das mulheres, as quais foram encaminhadas e debatidas na I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres. Neste encontro, realizado nos dias 14, 15 e 16 de maio, representantes dos governos e da sociedade civil de todo o estado se reuniram para consolidar o documento que reúne diretrizes de políticas públicas para as mulheres que vivem no Rio de Janeiro. Além disso, foram eleitas as delegadas que representarão o estado na edição nacional.

CRP-05 apóia luta antimanicomial

No último dia 18 de maio, comemorou-se o Dia Nacional da Luta antimanicomial. Nesta data, todos são convidados a refletir sobre o lugar da loucura na sociedade e a lembrar a importância do cumprimento das deliberações da III Conferência Nacional de Saúde Mental e da regulamentação da lei 10.216, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios. Acreditando na relevância de se discutir o tema, o CRP-05, o Instituto Franco Basaglia (IFP), o Instituto de Psiquiatria

da UFRJ e o Instituto Philippe Pinel organizaram um vídeodebate sobre o filme “O Tribunal dos Crimes da Paz – O Hospital Psiquiátrico no Banco dos Réus”, produzido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Após a exibição do vídeo, os debatedores Dr. Domingos Sávio, Presidente do Instituto Franco Basaglia, e Dra. Paula Cerqueira, psicóloga da UFRJ e ex-coordenadora do Programa Estadual de Saúde Mental (SES-RJ), discutiram sobre o

tema. Durante o evento, abordou-se a utopia de uma sociedade sem manicômios, a qual deve ser construída de forma permanente, reforçando a criatividade para a formulação de projetos terapêuticos e de outras políticas públicas solidárias e inclusivas para os portadores de sofrimentos mentais. Na ocasião, também foi lançado o livro: “Oficinas terapêuticas em saúde mental: sujeito, produção e cidadania”, organizado por Clarice Moura Costa e Ana Cristina de Figueiredo.

COREP-RJ define diretrizes para o próximo triênio

Entre 14 e 16 de maio, ocorreu o Congresso Regional do Psicologia do Rio de Janeiro (COREP-RJ). No evento, foram discutidas e votadas as teses aprovadas pelos psicólogos nos Pré-congressos realizados em todo o Brasil. Os trabalhos referiam-se ao tema do V Congresso Nacional de Psicologia (V CNP): “Protagonismo Social da Psicologia – As Urgências Brasileiras e a Construção de Respostas da Psicologia às Necessidades Sociais”.

As discussões dos COREPs basearam-se no caderno de teses enviado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), composto por todos os trabalhos aprovados nos 107 Pré-congressos realizados no país, dos quais participaram 2.434 psicólogos. A organização foi feita a partir dos eixos e sub-eixos do tema do congresso: Políticas Públicas; Inclusão Social e Direitos Humanos; e Exercício Profissional. Este último se subdivide em: formação e exigências de qualificação; campos e espaços de atuação; e áreas emergentes. As teses foram sistematizadas, ou seja, trabalhos semelhantes foram agrupados e transformados em um. Entretanto, procurou-se garantir que as diretrizes e encaminhamentos de todos fossem contemplados. Assim, o caderno ficou com 351 teses das 1.099 aprovadas.

O Congresso Regional do Rio teve início com a inscrição dos participantes em grupos de trabalho, divididos segundo os eixos temáticos. Em seguida, houve a leitura e aprovação do Regimento do COREP-RJ. O primeiro dia acabou com um coquetel. O segundo teve início com os grupos discutindo um bloco de aproximadamente 35 teses. Posteriormente, elas foram encaminhadas para votação no plenário, a partir dos relatórios elaborados pelos grupos. Devido ao grande contingente de trabalho, apenas dois dos cinco grupos puderam expor e votar seus trabalhos no dia 15. No terceiro dia, os demais grupos apresentaram seus relatórios e a plenária votou as teses.

Mesmo com o esforço dos participantes, que aceitaram reduzir o tempo destinado ao almoço e aos *coffee-breaks*, a apre-

sentação do último grupo terminou cerca de 30 minutos antes do horário previsto para o término do evento. Os delegados decidiram, então, votar diretamente na plenária os trabalhos que mais lhe chamaram atenção entre as teses não trabalhadas pelos grupos. Foram destacadas pelos presentes a 256, a 321 e a 333.

Das 90 teses trabalhadas no COREP-RJ, 52 foram aprovadas sem alterações, 32 com mudanças e 6 foram rejeitadas. Cabe ressaltar que, conforme estabelecido no regimento do V CNP, os trabalhos aprovados integralmente em pelo menos cinco estados

A estrutura do congresso regional começou a ser planejada no início do ano.

tornam-se automaticamente diretrizes nacionais. Os aprovados com ressalvas serão novamente discutidos no congresso nacional, que acontece entre 17 e 20 de junho, em Brasília. No regional, também foram eleitos os representantes do estado no V CNP. De acordo com a proporcionalidade determinada no regulamento do evento (4 para 1), foram eleitos 4 delegados e 1 suplente, são eles: Alessandra Daflon dos Santos, José Novaes, Maria José Antunes Coimbra, Maria Márcia Badaró Bandeira e Rosilene Souza Gomes de Cerqueira. O CRP-05 indicará também um observador.

Eleições para os Conselhos Regionais e Federal

Desde o I Congresso Nacional dos Psicólogos, em 1994, quando foram aprovadas estratégias para maior democratização do Sistema Conselhos, as eleições têm relação direta com esses eventos. O último dia dos

COREPs e do CNP passou a ser o prazo limite para a inscrição das chapas que disputarão a diretoria dos Conselhos Regionais e Federal, respectivamente.

Como de costume, em todas as regiões do país, as eleições acontecem no dia do psicólogo, 27 de agosto. Os vencedores tomam posse em até 30 dias após a divulgação do resultado. No Rio, duas chapas se candidataram.

Eventos preparatórios e Pré-congressos

A estrutura do congresso regional começou a ser planejada no início do ano. Na segunda quinzena de janeiro, a Comissão Gestora do CRP-05 nomeou cinco psicólogas colaboradoras para compor a Comissão Organizadora do COREP-RJ. Desde então, elas passaram, de forma voluntária, a encaminhar todos os procedimentos necessários para a realização do evento e das etapas que o antecederiam. Em função da situação do Conselho Regional, sob a gestão de uma Comissão Gestora composta por apenas nove psicólogos, e passando por uma série de mudanças, inclusive a reestruturação de seu quadro funcional, as colaboradoras tiveram que realizar todo o trabalho para viabilizar a realização do evento.

Entre 6 e 18 de março, o CRP-05 organizou 8 eventos preparatórios em todo o estado, a fim de estimular a participação de todos os psicólogos no processo de definição das diretrizes da categoria, a ser terminado no V CNP. Também foram realizados seis pré-congressos, com o intuito de debater e votar as teses a serem encaminhadas para o COREP, nas seguintes regiões do estado: capital; Médio Paraíba; Baixada; Região Serrana; Região dos Lagos, Niterói e São Gonçalo; e Norte Fluminense.

Durante os pré-congressos, foram aprovadas 37 teses. Além disso, os 76 psicólogos presentes elegeram os 15 delegados e 8 suplentes para o COREP, seguindo a proporcionalidade estabelecida pelo regulamento do V CNP.

Palavra da Comissão Organizadora do COREP-RJ

Ano novo, vida nova, novas atividades, novos projetos. Todo final/início de ano esse clichê passa pela cabeça de inúmeras pessoas. Para essa Comissão Organizadora ele foi levado à risca — primeira semana de janeiro, um projeto muito audacioso se inicia, é a primeira reunião com o objetivo de organizar um evento de grande alcance para o CRP-05. Evento que tem uma função extremamente importante, do qual sairão as diretrizes de ação para o próximo triênio do Sistema Conselhos. É o COREP. Sua realização é vinculada à promoção de diversos eventos preparatórios e Pré-congressos, que juntos formam uma verdadeira rede de sustentação para o Congresso Nacional da Psicologia, a ser realizado em junho próximo.

Até aí tudo bem, todos os Conselhos Regionais de Psicologia estão empenhados em realizar evento semelhante com os mesmos objetivos. Porém, lembremo-nos que, em março de 2003, o CRP-05 sofreu uma intervenção do Conselho Federal, que nomeou uma Comissão Gestora para administrá-lo, a qual não tem o mesmo po-

der de atuação que as direções dos demais Conselhos, já que não é uma plenária eleita. É uma situação específica deste momento no estado do Rio de Janeiro e que influi decisivamente em qualquer atividade fora das habituais do Conselho, como é o caso da preparação e realização do COREP. Com a sobrecarga de atividades por conta do trabalho de saneamento administrativo e financeiro, além do reduzido número de Conselheiros que compõem a Comissão Gestora (nove membros) em relação a uma plenária eleita (15 membros efetivos e 15 suplentes), só foi possível nomear uma Comissão Organizadora a poucos meses da realização do evento. Essa Comissão, formada por psicólogos voluntários, trabalhou arduamente no planejamento do evento, contando com a estrutura de apoio e empenho dos funcionários.

Se tivemos falhas? Claro que sim! Cometemos alguns erros e cometeram alguns equívocos conosco, mas tudo fez parte de um processo saudável de aprendizagem. Entre os acertos, destacamos o fato da Comissão ter como preocupação básica atuar dentro de padrões éticos de respeito ao profissi-

onal e à coisa pública, sem privilegiar ninguém, seja com informações, atos de exceção ou qualquer outro tipo de concessão.

O que nos chamou muita atenção ao chegarmos nessa etapa é que conseguimos um “bom resultado” frente ao país inteiro. Utilizamos as aspas porque este fato isoladamente não nos conforta. O desconforto deve-se ao fato de que, apesar dos esforços, dos bons resultados, há uma desmobilização enorme dos psicólogos do Rio de Janeiro. Nosso estado é de uma importância ímpar na história da psicologia no Brasil. Entendemos esse momento de descrença e afastamento após tantos anos de atuações escusas e populistas, mas acreditamos também que se ainda existe um desejo de mudança desse quadro, esse momento é agora! Os psicólogos do Rio de Janeiro precisam restabelecer a mobilização para que sejam possíveis ótimos resultados que espelhem o mais alto grau de participação dos profissionais do Rio de Janeiro.

Comissão Organizadora do COREP-RJ

Sinopse das teses aprovadas no Rio

Região: Capital

0234 – Discriminação de gênero/raça e vulnerabilidade social e de direitos

Propõe que os CRPs e CFP implementem ações no sentido de fazerem parcerias com organizações governamentais e não governamentais, participando da elaboração de Políticas Públicas de Saúde, Direitos Humanos e Assistências destinadas às mulheres vítimas de violência sexista, que geralmente são excluídas involuntariamente das políticas básicas e de oportunidades.

0337 – Por uma intervenção no sistema penitenciário brasileiro

Baseia-se no compromisso social da psicologia em defesa dos Direitos Humanos e de pessoas que sofrem com o rigor das desigualdades sociais. Sugere maior intervenção do Sistema Conselhos e da categoria no sistema penitenciário.

0356 – Criação e implantação de Comissões Especiais ou Câmaras Técnicas de Dependência Química nos CRPs

Sobre a criação de comissões especiais ou câmaras técnicas sobre a questão da dependência química nos CRPs para melhor assessorar a categoria e as instituições públicas e privadas que trabalham com essa questão.

0358 – Direitos humanos e fundamentalismo religioso

Visa fomentar o debate na sociedade sobre a diversidade de credos religiosos que fazem parte da cultura brasileira. Lutar contra todas as formas de fundamentalismo e contra o preconceito às minorias religiosas, geradoras de sofrimento psíquico. Reafirmar a separação entre Religião, Estado e Sociedade. ▶

0366 – O exercício profissional do psicólogo no campo da execução penal

Sugere que os CRPs e o Federal devem intervir junto ao Poder Legislativo, no sentido de propor alterações na Lei de Execução Penal, de modo a incluir a assistência psicológica entre as já existentes. Atuar também junto ao Poder Executivo, visando garantir a atuação do psicólogo em programas que envolvam o preso, suas famílias e a instituição.

0368 – A atuação do psicólogo no atendimento domiciliar

Propõe que o sistema Conselhos fortaleça a inclusão de psicólogos em equipes multiprofissionais no atendimento “home care”.

0371 – Perfil profissional do psicólogo

Expõe como necessidade urgente dos Conselhos promoverem uma ampla pesquisa sobre o perfil do profissional de psicologia no Brasil, podendo assim caracterizar as demandas, perspectivas futuras, campo e espaço de atuação.

0374 – Livre consentimento em psicologia

Estabelece como função dos Conselhos de Psicologia definir diretrizes relativas à intervenção psicoterápica que assegurem o direito de acesso dos usuários, informações sobre as possibilidades de atendimento e assim assegurar o seu direito de opção, evitando o uso compulsório da psicoterapia.

0381 – Ensino da psicologia na educação básica

Trata da inclusão de conteúdos da psicologia na educação básica visando um processo de desenvolvimento de uma atitude mais reflexiva e crítica por parte da sociedade.

0384 – Proposta de disciplina para grade curricular do curso de graduação de Psicologia

Aborda a inclusão de uma disciplina na grade curricular do curso de graduação, visando melhorar, ao fim do curso, as habilidades diagnósticas e terapêuticas dos profissionais de problemas relacionados com uso de álcool e outras drogas.

0388 – Ação afirmativa e inclusão dos idosos

Delibera a responsabilidade dos CRPs sobre a informação e divulgação das questões da 3ª idade e com a implantação de políticas sociais voltadas para essa faixa etária.

0394 – Desenvolvimento de melhores estratégias para a orientação da utilização de Testes Psicológicos

Estabelece que os CRPs e CFP precisam desenvolver melhores estratégias para a orientação da utilização de testes psicológicos, fiscalizando e fazendo cumprir-se as últimas determinações federais.

0399 – Qualificação do psicólogo para prevenção do uso indevido de substâncias psicoativas

Sobre a melhoria da qualificação dos psicólogos para prevenção e atendimento de pessoas e seus familiares sob uso indevido de substâncias psicoativas. Propõe a participação dos mesmos junto a Fóruns e Conselhos de Dependência Química desde o curso de graduação.

0400 – Processos éticos

Delibera sobre a importância do CFP e dos CRPs estimularem as instituições de ensino na promoção de pesquisas, debates e oficinas a respeito dos temas mais frequentes nos impasses éticos.

0403 – Obrigatoriedade nas escolas da Psicologia Educacional

Sobre a necessidade da presença de um psicólogo em cada escola e a permanente discussão em torno da atuação do psicólogo educacional.

0410 – Violência sexual

Trata do posicionamento dos CRPs e o CFP, apontando para o fortalecimento das políticas públicas no âmbito municipal voltadas para a prevenção e o atendimento de vítima de violência sexual, através do intercâmbio com os Conselhos de Saúde.

0428 – Direitos reprodutivos

Delibera sobre a necessidade de posicionamento dos CRPs a respeito da questão reprodutiva feminina, defendendo projetos de lei que descriminalizem o aborto e defendendo a maternidade voluntária e as condições para o seu exercício.

0444 – Criação de uma campanha nacional em defesa e reconhecimento

Sobre a promoção de debate e ampla campanha de reconhecimento e respeito pela diversidade sexual.

0448 – Educação brasileira e produção de conhecimento

Aborda a produção de saberes psicológicos contemporâneos que possam apoiar práticas educacionais comprometidas com o sucesso das aprendizagens escolares formais.

0452 – Inserção dos Conselhos Regionais de Psicologia nos Conselhos Municipais Antidrogas

Sobre a inserção participativa dos CRPs nos Conselhos Municipais antidrogas, auxiliando na formulação de estratégias para procedimentos voltados à prevenção, ao abuso e dependência; tratamento e recuperação do dependente químico; assim como auxiliando em políticas públicas voltadas a esse público. ►

Região Norte Fluminense

0032 – Psicologia organizacional – uma nova concepção

Trata da divulgação do papel do psicólogo organizacional no meio acadêmico e empresarial.

0033 – Assistência psicológica no sistema penitenciário

Sugere a mobilização da opinião pública e a criação de propostas de lei para garantir a assistência psicológica aos apenados e familiares.

0034 – A psicologia da educação em uma equipe multidisciplinar

Sobre a necessidade de inserir uma equipe multidisciplinar nas escolas da rede pública, com psicólogos, psicopedagogos e assistentes sociais.

0035 – O papel relevante do psicólogo social dentro da psicologia

Aborda a divulgação de trabalhos desenvolvidos na área de Psicologia Social nos níveis acadêmico e comunitário para melhorar a formação do profissional que futuramente estará atendendo nessa área e para torná-la reconhecida pelas mais diversas áreas do saber como atuação fundamental e de transformação social.

0036 – Testes Psicológicos para a formação do psicólogo

Propõe a utilização dos testes psicológicos como medida objetiva para avaliar se o candidato a formação de psicólogo terá condições mentais de estagiar no Serviço de Psicologia Aplicada. Desta forma, aos não “aprovados” caberia apenas as formações de bacharelado e licenciatura.

0037 – Moção de repúdio à justiça terapêutica.

Moção de repúdio à justiça terapêutica.

Região: Niterói e Região dos Lagos

0067 – A defesa da psicologia como prática generalista

Questiona a implementação do título de Especialista em Psicologia e defende sua extinção.

0068 – Que prática queremos?

Sugere formação específica do psicólogo para atuação na área social.

0141 – A prática profissional da psicologia

Promover eventos para a conscientização dos psicólogos sobre as necessidades e a formulação de treinamento e saberes que façam desses profissionais pessoas preparadas para atuar na área social, jurídica, saúde, trânsito, esporte e outros.

0457 – Atuação no Sistema Conselhos

Estimula a promoção de debates com a categoria, visando favorecer a visibilidade cada vez maior do gerenciamento do CRP-05.

0460 - Psicopedagogia

Sugere maior intercâmbio dos CRPs com os pedagogos, a fim de estabelecer os limites das atuações dos psicólogos e psicopedagogos.

Região: Médio Paraíba

0038 – Intensificação da ação conjunta contra o ato-médico

Sobre intensificar a mobilização interdisciplinar contra o Ato Médico, conclamando a comunidade, a mídia e fornecendo possibilidades de maior compreensão a respeito do tema.

0039 – A atuação do psicólogo em relação às propagandas de drogas lícitas

Trata do posicionamento sobre as propagandas que estimulam o uso do álcool.

0040 – A contribuição do psicólogo junto a pessoas com necessidades educacionais especiais e sua interface com a família, outros profissionais e a comunidade em geral

Sobre a necessidade de ampliação do conhecimento científico junto ao tema de inclusão social das pessoas portadoras de necessidades especiais junto à categoria e à comunidade em geral.

0041 – Psicologia jurídica

Visa articular a Psicologia Jurídica com os Direitos Humanos, numa tentativa de fortalecer a possibilidade de outros discursos mais inclusivos.

0042 – Qualificação para o exercício do papel social do psicólogo

Propõe a organização e valorização da inclusão de disciplinas que destaquem a reflexão sobre a atuação profissional e valorizar a interação com outros profissionais e outras áreas de saber.

Maioridade penal em discussão

Os altos índices de violência vêm assustando a população brasileira. A grande repercussão de crimes cometidos por menores de idade costuma aumentar este estado de alerta e trazer à tona a discussão sobre uma redução na maioridade penal de 18 para 16 anos. No momento, tramitam no Congresso projetos com essa proposta. Embora pareça uma mudança simples, a questão é bastante complexa. O Conselho Federal de Psicologia (CFP), em conjunto com 28 entidades, assinou um manifesto de repúdio à redução da idade penal (íntegra abaixo). A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão do Ministério Público, também declarou-se contrária à medida, através de documento divulgado em dezembro de 2003.

Quem defende a redução alega que menores têm cada vez mais cometido crimes hediondos e devem, por isso, ser punidos com maior rigor. No entanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

propõe a responsabilização do adolescente autor de ato infracional, prevendo seis diferentes medidas sócio-educativas, incluindo a privação de liberdade para os casos de maior gravidade.

Outro argumento muito utilizado é o de que jovens de 16 anos sabem discernir o certo e o errado. Todavia, como eles ainda estão em formação, são suscetíveis a estímulos que os tornem mais justos e corretos. Na verdade, eles têm sido as maiores vítimas da violência instituída, sendo o homicídio a maior causa de morte de adolescentes do sexo masculino.

Nesse sentido, as medidas sócio-educativas previstas no ECA são fundamentais. As pessoas consideram que o estatuto não funcionou, quando, na verdade, este não foi implantado pelos governos. Em Belo Horizonte, por exemplo, a implementação das medidas preventivas provocou a queda nos índices da criminalidade entre adolescentes.

Além disso, ao reduzirmos a idade

penal, tentaríamos resolver um problema apostando na abrangência de um modelo sabidamente ineficiente e falho. O sistema prisional brasileiro não vem dando conta nem dos adultos.

É importante ressaltar a questão do retardamento do amadurecimento do indivíduo na nossa sociedade. Esse fenômeno é hoje bastante visível e um de seus fatores é falta de postos de trabalho, o que inviabiliza que os jovens consigam se auto-sustentar. A maturidade é adquirida na medida em que se assume responsabilidades. Portanto, quem está impedido de trabalhar não completou o processo de amadurecimento, porque sequer começou a gradativamente assumir a própria subsistência.

Devemos destacar também que, para ser concretizada, a redução da idade penal precisaria ser alvo de uma ampla discussão no Congresso Nacional, pois é cláusula pétrea da Constituição. Assim, seria necessária a convocação de uma nova Assembléia Constituinte para que este item fosse modificado.

Manifesto contra a redução da idade penal

O futuro do Brasil não merece cadeia

A Constituição Federal de 1988 definiu a idade limite para maioridade penal, classificando como inimputáveis penalmente os menores de 18 (dezoito) anos. O ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990), em consonância com a Constituição, propôs a responsabilização do adolescente (12 a 18 anos) autor de ato infracional, prevendo seis diferentes medidas sócio-educativas. Nos casos de maior gravidade, o adolescente pode cumprir medida sócio-educativa de privação de liberdade. O ECA não propõe a impunidade.

Aproveitando o clima de insegurança disseminado no país frente aos crescentes índices de criminalidade, tramitam atualmente no Congresso Nacional vários projetos de lei que propõem a redução da idade penal. Os autores desses projetos têm procurado mobilizar a sociedade no sentido de que a imputabilidade penal seja reduzida dos atuais 18 para 16 anos. Com isso, os adolescentes, pessoas em processo peculiar de desenvolvimento, passariam a ser julgados pela justiça comum e cumpririam pena no sistema penitenciário já a partir dos 16 anos. A redução da idade penal tem como consequências:

- a transformação do adolescente no “bode expiatório” responsável pelo clima de violência e insegurança social;
- a criação de uma “cortina de fumaça”, desviando a atenção da opinião pública das causas reais da violência, que são a ausência do direito ao trabalho e ao salário justo; os apelos desenfreados do consumo; a impunidade e o fracasso dos mecanismos de controle social; a corrupção que atravessa todos os poderes públicos; a desresponsabilização do Estado, da escola e dos meios de comunicação de massa pelas crianças e adolescentes;
- a desqualificação do ECA como instrumento jurídico na regulação dos direitos e responsabilidades dos adolescentes, bem como do princípio constitucional que o sustenta.

O limite fixado para a maioridade penal não pode ser confundido com a idéia de desresponsabilização da juventude: inimputabilidade não é sinônimo de impunidade. O critério de fixação da idade penal é essencialmente cultural e político, revelando o modo como uma sociedade lida com os conflitos e as questões da juventude, privilegiando uma lógica vingativo-repressiva ou uma lógica educacional. É uma ilusão achar que o sistema carcerário brasileiro poderá transformar adolescentes autores de atos infracionais em cidadãos que possam contribuir produtivamente na sociedade. Portanto, posicionamo-nos contra a redução da idade penal. O adolescente autor de ato infracional deve ser responsabilizado por suas ações de acordo com as condições definidas pelo ECA, pois só desse modo estaremos formando cidadãos capazes de construir uma sociedade mais justa e solidária. Propomos, portanto, que não se altere a Lei Federal nº 8.069, permanecendo a idade de responsabilização penal nos 18 anos; que as condições de cumprimento das medidas sócio-educativas promovam o resgate da cidadania – direitos e deveres – de nossos adolescentes, um fator determinante no processo de inclusão social. No início do século 21, continuamos sonhando que o Brasil seja o “país do futuro”. Esse futuro só se tornará realidade quando houver um investimento real na educação e desenvolvimento de nossa juventude.

CRP-05 acompanha funcionamento do sistema carcerário

O CRP-05 vem se esforçando para acompanhar as demandas da sociedade na qual está inserido e a atuação do Poder Público em relação às mesmas. Como exemplo dessa postura ativa podemos citar participação da autarquia no Conselho da Comunidade, cuja função é fiscalizar o funcionamento do sistema prisional. Composto por mais de 70 organizações — entre sindicatos, conselhos de classe e movimentos sociais —, seus membros se reúnem mensalmente. Nestes encontros, os conselheiros acolhem as denúncias de todos os segmentos envolvidos no sistema prisional (presos, familiares e profissionais), as quais, posteriormente, são encaminhadas às autoridades competentes. Além disso, periodicamente, acontecem visitas surpresa às unidades prisionais e

hospitais, com o intuito de averiguar suas condições. Durante essas ações, avalia-se tanto a situação dos internos, quanto a dos profissionais que trabalham no local.

A entidade vem procurando também divulgar a real situação do sistema carcerário brasileiro junto à mídia. “Há uma negação da existência do que acontece nas penitenciárias, como se fosse um campo a não ser considerado. Essa ausência de acompanhamento da sociedade faz com que não ocorram as mudanças necessárias para que os direitos humanos sejam assegurados”, afirma Maria Beatriz Sá Leitão, representante do CRP-05 no Conselho da Comunidade.

A psicóloga acrescenta que “é importante a participação do CRP em iniciativas como essa, onde há a possibilidade de troca de informações com inúmeros movi-

mentos e organizações sobre questões importantes”. Devemos ressaltar ainda que o Conselho da Comunidade atua diretamente na busca por melhorias nas precárias condições de trabalho dos profissionais da saúde que atuam no sistema prisional, entre eles os psicólogos. O grupo também tem atuado em situações-limite, como negociação na libertação de reféns em rebeliões e outras intervenções.

Por isso, é fundamental a participação do CRP-05 no trabalho do Conselho da Comunidade. Assim, além de acompanhar as demandas dos psicólogos que atuam nas unidades prisionais, a autarquia está apta a interferir na situação de todos os setores envolvidos com o sistema carcerário, ajudando a assegurar o cumprimento dos direitos humanos.

Profissionais de saúde criam associação

A Associação dos Profissionais de Saúde das Secretarias de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro surgiu em função das precárias condições de trabalho oferecidas à categoria. Em janeiro, seus membros encaminharam ao secretário de Administração Penitenciária, Astério Pereira dos Santos, suas reivindicações para minimizar os riscos aos quais os funcionários são expostos diariamente.

O documento enviado solicitava: a passagem das salas de atendimento para locais próximos da administração, retirando-as de dentro das galerias onde ficam os presos; o estabelecimento de plano de evacuação e treinamento dos funcionários para sua execução; capacitação dos profissionais de saúde para enfrentar situações de risco; nomeação de um grupo para estudar e fixar procedimentos mínimos em caso de rebelião; extensão do seguro de vida e da aposentadoria especial para os profissionais de saúde, como já acontece com os agentes de segurança penitenciária; inclusão dos funcionários da área de saúde no Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP); pagamento de abono salarial, no

valor de R\$ 250,00, já solicitado através do processo E-21-10.330/03.

A associação também expôs a situação em uma carta, enviada às instituições ligadas à questão penitenciária no Rio e aos profissionais de saúde. Em 13 de abril, houve um encontro, no Hospital Psiquiátrico Penal Roberto Medeiros, com representantes dos Conselhos Regionais de Psicologia, Serviço Social, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Enfermagem e Conselho da Comunidade Carcerária, para pedir o apoio destas entidades à luta por melhores condições de trabalho destas categorias nos presídios. A associação procurou também a Vara de Execuções Penais da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e o Ministério Público, expondo sua realidade e buscando soluções para os problemas, que envolvem risco de vida dos trabalhadores.

Em 26 de abril, realizou-se uma reunião com o chefe de gabinete da SEAP, Eduardo Pires Gameleiro, a superintendente de Ensino, Treinamento e Qualificação e o Joel, Beatriz Castro Caldeira, e o diretor de pessoal, Joel Teles. Na ocasião, definiu-se que será levada à governadora a proposta do abono de R\$ 250,00, extensivo aos inativos e que a Secretaria incluirá os profissionais de saúde na sua

nova apólice de seguro. Além disso, assim que o quadro de pessoal da secretaria estiver estabelecido, será feito o Plano de Cargos, Carreiras e Salários e serão fixadas as vagas para concurso. Quanto à aposentadoria especial, solicitou-se à associação a abertura de um processo, a fim de que a SEAP possa fazer considerações favoráveis e encaminhar para o Jurídico, antes de enviar o pleito à procuradoria.

Outra proposta considerada positiva é a criação de dois grupos de trabalho. O primeiro terá função de mapear as condições de segurança dos locais de atendimento dos profissionais. O outro deverá propor as atribuições e a organização de uma Comissão, nos moldes das Cipas (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes).

No dia 27 de abril, foi realizada reunião com Eduardo Gameleiro e o subsecretário-adjunto de Infraestrutura, Tenente Coronel PM Luiz Estanislau Erthal Monnerat, a fim de discutir as condições de atendimento em Bangu 3. Por último, acertou-se a estruturação de uma capacitação para os profissionais de saúde. Estão previstos novos encontros e o acompanhamento próximo por parte da associação das ações a serem realizadas.

Banco Social de Serviços

Com o intuito de transformar as relações dos psicólogos com a sociedade, ampliando seu compromisso com a população, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) desenvolveu o Banco Social de Serviços (BSS). O objetivo é oferecer aos órgãos públicos serviços, através de projetos construídos em parceria com estes organismos, fazendo com que os profissionais invistam parte do seu tempo no atendimento de alguma necessidade social. A iniciativa também visa demonstrar à sociedade brasileira a importância do trabalho do psicólogo, fortalecendo sua presença e participação na construção de políticas públicas.

As ações são definidas pelo CFP juntamente com o órgão público interessado e adequadas à realidade de cada região, sendo posteriormente oferecidas aos profissionais que se inscreveram no Banco, pelo site www.bancosocialpsi.org.br. Os psicólogos cadastrados têm acesso aos projetos em andamento e podem se candidatar nos mesmos de acordo com seu interesse.

Iniciativas atualmente disponíveis:

- **Projeto de medidas sócio-educativas em meio aberto**

Nesse projeto, o BSS pretende colaborar, em conjunto com a Secretaria Especial

dos Direitos Humanos, com a implementação dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no tangente às medidas sócio educativas em meio aberto, especificamente a Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade.

- **Acompanhamento aos usuários do programa “De Volta pra Casa”**

Este projeto, a ser desenvolvido junto com o Ministério da Saúde, visa a auxiliar na desinstitucionalização psiquiátrica do portador de sofrimento psíquico intenso (neurótico grave, psicótico etc.) com histórico de internação em hospital psiquiátrico por um longo período e em processo de alta.

- **Projeto de Apoio Psicológico ao Trabalhador em situação de Desemprego**

Atualmente, no Brasil, 12% da população economicamente ativa está desempregada. Pensando nos problemas psicológicos enfrentados por estas pessoas, o Banco Social de Serviços criou o projeto Apoio Psicológico ao Trabalhador em Situação de Desemprego. A iniciativa está sendo desenvolvida em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego e outras parcerias estaduais e municipais. Seu principal objetivo é oferecer a quem está desempregado

apoio para enfrentar a situação. Psicólogos voluntários terão, no mínimo, quatro encontros de duas horas com grupos de acolhimento e reflexão com até 15 trabalhadores. As reuniões deverão colaborar com a desconstrução da representação negativa atribuída ao desempregado. O projeto conta ainda com a distribuição de passes de ônibus ou metrô e oferecimento de lanches, a fim de viabilizar que os interessados participem das reuniões.

- **Campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”.**

No dia 31 de março, foi assinada a minuta de parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal do projeto Ética e TV: “Quem Financia a baixaria é contra a cidadania”. Estiveram presentes na cerimônia os deputados Mário Heringer (Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal) e Orlando Fantazzini, Yvone Duarte (coordenadora do CFP), Ricardo Moretzohn (CFP) e Maria Otacília Battistelli (coordenadora do Banco Social). Neste projeto, está prevista a análise dos programas televisivos e a produção de pareceres sobre os mesmos, colaborando na discussão para a construção de um código de ética na mídia.

Psicólogos discutem suas funções nos Conselhos Tutelares

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê a existência dos Conselhos Tutelares, órgãos encarregados de zelar pelos direitos da criança e adolescente, atendendo casos onde esses direitos são violados. A presença de psicólogos nessa estrutura é de suma importância, uma vez que um dos direitos da criança e do adolescente estabelecido por lei é o de acesso à saúde. Assim, desde maio de 2003, psicólogos aprovados em um concurso público atuam nos 10 Conselhos Tutelares do município do Rio.

Andréa Vieira, psicóloga da unidade de Jacarepaguá, explica que “os profissionais assessoram os conselheiros, que precisam de um apoio especializado. Os psicólogos conversam com as crianças ou adolescentes que são levados por seus pais ao conselho ou chegam até lá através de denúncia, a fim de colher dados para apuração do caso. Eles também dão apoio psicológico em situações mais graves, como abuso sexual ou violência doméstica”. Mas, devido à autonomia dos Conselhos Tutelares, as funções desses profissionais podem variar.

Devido à diversidade de temas tratados nos atendimentos, no início do ano, um grupo de psicólogos procurou o CRP-05, vi-

sando à definição de uma metodologia comum, a fim de aprimorar a qualidade do atendimento. Ao invés de tentar impor os procedimentos a serem adotados, a autarquia optou por oferecer um espaço, onde os profissionais puderam debater e trocar suas experiências, para, posteriormente, estabelecerem os padrões mais eficientes para a realização de suas funções.

Assim, graças à mobilização dos psicólogos, desde o início de 2004, passaram a ocorrer reuniões semanais na sede do CRP-05. Além do suporte físico, o Conselho contribuiu promovendo a articulação com pessoas que pudessem enriquecer as discussões, como os professores da Universidade Federal Fluminense (UFF) que participaram de algumas reuniões.

A partir destes encontros, os psicólogos elaboraram um documento que descreve suas funções, embora não as limite excessivamente. Este será encaminhado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conforme acordado com o Secretário, que concordou com a liberação dos profissionais para as reuniões, realizadas durante o expediente, com o intuito de aprimorar o trabalho dos Conselhos Tutelares.